

O PROJOVEM E A ALIENAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

*Paula de Macedo

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) é um programa de governo que teve início na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com base no discurso oficial, a partir da participação no ProJovem, o jovem estaria apto a disputar uma vaga no mercado de trabalho. Tendo como objetivo verificar a eficiência desse discurso nos propomos investigar a realidade do programa ProJovem na cidade de Mesquita no Rio de Janeiro. Nossa análise tem como referência o discurso do governo e dos professores do Programa com o apoio de fontes bibliográficas. A partir dessa experiência foi possível identificar que o Programa oferece uma formação precária e alinhada à cultura da empregabilidade. Nesse contexto temos os professores, por meio de um consentimento ativo, como reprodutores do discurso hegemônico de competitividade, pautado no mérito individual.

Palavras-chave: ProJovem, trabalho docente, educação.

PROJOVEM AND ALIENATION OF TEACHING WORK

The “ProJovem” Program and the disposal of teaching work. The National youth Inclusion Program is a government program that began in the management of the former president Luiz Inácio Lula da Silva. Based on the official speech, by participating in the “ProJovem” Program, the young person would be able to dispute a vacancy in the labour market. In order to verify the efficiency of this discourse, we propose to investigate the reality of this “ProJovem” Program in the city of Mesquita, in Rio de Janeiro. Our analysis is based on the on the discourse of the government and teachers of the Program with support of biographic sources. From this experience it was possible to identify that Program offers precarious training and is aligned to the culture of employability. In this context, we have teachers, through an active consent, as reproducers of the hegemonic speech of competitiveness, based on individual merit.

Keywords: ProJovem, education, employability, teaching work.

1. Introdução

As políticas públicas de inserção de jovens no mercado de trabalho sofreram influências de organismos internacionais multilaterais e ganharam força no Brasil a partir dos anos de 1990. Essas ações tiveram início na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas ganharam destaque na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula

*Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (paulademacedo@yahoo.com.br).

da Silva através de programas de governo como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

O ProJovem iniciou suas atividades em 2005, na metade do seu primeiro mandato, integrando umas das ações da Política Nacional de Juventude da sua gestão. O Programa é destinado aos jovens de 18 a 29 anos com ensino fundamental incompleto e que buscam formação profissional. De acordo com o discurso oficial, a partir da participação no ProJovem, o jovem estaria apto a disputar uma vaga no mercado de trabalho.

Dentre as modalidades do ProJovem destacamos a modalidade Urbano, que é oferecida no Município de Mesquita, atendendo aos jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tomando como referência a experiência em Mesquita, vamos apresentar a ideologia da empregabilidade imposta pelo sistema capitalista e a atuação dos Profissionais que participam do Programa que, por meio do consentimento ativo, agem como transmissores do discurso hegemônico, pois compreendemos o ambiente escolar como reprodutor e disseminador dos interesses da classe dominante.

2. Políticas públicas para a juventude

As novas exigências do mercado de trabalho colocaram a juventude numa situação de vulnerabilidade, elevando os índices de desemprego e de inserção em oportunidades precárias de trabalho, pressionando o governo a dar mais atenção às demandas juvenis. Com a intensificação dos problemas econômicos criou-se uma massa da população à margem ou com poucas chances de ser incluída nos padrões de desenvolvimento econômico atual. A juventude, principalmente a juventude pobre, se configura como objeto de preocupação, pois é nessa fase que os indivíduos estão mais propensos a se envolverem com condutas que podem abalar a organização social vigente, por isso, sendo definida como problema social e político.

Sob influência de organismos internacionais multilaterais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial, o Brasil passa a investir em programas de governo destinados aos jovens, buscando a articulação entre a educação básica e a qualificação profissional. “Tais políticas têm apontado a educação

profissional como fator de empregabilidade e de geração de emprego e renda” (SOUZA, 2009, p. 4).

Programas de governo como o ProJovem tem como propósito o ingresso do jovem no mercado de trabalho, por meio da sua adequação às exigências do novo mercado de trabalho, pois considera que o desemprego juvenil é resultado da sua falta de qualificação profissional. “No bojo destas transformações, situa-se a reforma da política de educação profissional básica e de nível técnico e tecnológico” (SOUZA, 2009, p. 4).

Partimos do pressuposto que essas ações não buscam a redução do desemprego juvenil, mas a ocupação do tempo dos jovens, agindo principalmente como forma de contenção do jovem de classe popular, já que estariam mais propensos a criminalidade, pois o Programa é implementado nas periferias das cidades. “Conforme visto até aqui, a proposição de unificação entre a formação básica e a formação técnico-profissional é uma estratégia política muito bem articulada com um projeto de sociedade alternativo ao do capital” (SOUZA, 2009, p. 16). Assim, temos o estudo e o trabalho como fator de disciplinamento dos jovens.

A análise proposta parte do pressuposto de que os elevados índices de desemprego juvenil não são se deve à falta de qualificação dos jovens, mas em consequência da escassez de oportunidades. Com o objetivo de verificar essa hipótese, nos propomos investigar a realidade do programa ProJovem na cidade de Mesquita no Rio de Janeiro. Tal proposta investigativa tem como referência a análise de material bibliográfico e os dados coletados no contato com os professores, apoiada por uma discussão no campo do materialismo histórico dialético.

A proposta de investigação aqui apresentada pode ser classificada na categoria de uma pesquisa básica, qualitativa e de caráter explicativo. A coleta de dados foi por meio da observação do cotidiano das escolas e de entrevistas semiestruturadas com os Profissionais que atuam no ProJovem, sendo três Professores, Coordenação Pedagógica e Inspetor de alunos.

3. O ProJovem

No ano de 2004, por solicitação do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro Luiz Dulci da Secretaria Geral da Presidência, criou um Grupo Interministerial para examinar as políticas dirigidas à juventude. A investigação apontou a necessidade de ações específicas para a Juventude.

Em 2004, na Câmara Federal foi instituída a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, iniciando o processo de debate sobre a constituição do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, ainda em tramitação e, também, a Emenda Constitucional 65/2010, que incluiu a palavra “jovem” na Constituição Federal (BRASIL, SNJ, 2013, p. 9).

A partir dos dados apresentados, em 2005 foi sancionada a Lei 11.129/2005, que anunciava que todos os jovens brasileiros de 15 a 29 anos seriam beneficiados pela Política Nacional de Juventude (PNJ) do governo Lula da Silva. A PNJ foi lançada sob a ótica da criação de uma política nacional integrada destinada ao jovem, que seja capaz de “romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, SNJ, 2008, p. 13). Essa política buscou a parceria entre a Secretaria Geral da Presidência da República, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nesse contexto foram instituídas três entidades com distintas e complementares funções e finalidades.

A Lei 11.129, vigente desde 30.6.2005, cria: a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República (SNJ), cuja tarefa principal é articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens; b) o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), com caráter consultivo, cuja tarefa principal é fomentar estudos e propor diretrizes para a referida política; c) o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (o PROJOVEM), um amplo programa de caráter emergencial voltado para jovens de 18 a 24 anos, excluídos da escola e do mercado de trabalho (NOVAES, 2007, p. 254-5).

De acordo com o discurso governamental, esse arranjo institucional demarca um novo patamar de ação das políticas públicas governamentais destinadas à juventude, que passa a ser “considerada em sua singularidade, diversidade, vulnerabilidades e potencialidades”, visando atender os seguintes objetivos:

i) articular as ações federais voltadas ao público juvenil (majoritariamente destinadas aos jovens de baixa renda); *ii)* promover a participação dos representantes dos vários grupos e organizações de jovens na reflexão e formulação da política de juventude; e *iii)* melhorar as condições de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade social extrema, por meio de transferências de renda e de ações de elevação dos índices de alfabetização e de escolaridade e de qualificação profissional (escopo original do

PROJOVEM), na perspectiva de melhorar suas chances de inserção no mundo do trabalho (IPEA, 2008, p. 27).

O ProJovem, como uma das ações dessa Política destinada as jovens, surge em caráter emergencial e experimental. Emergencial porque é destinado aqueles “que têm necessidade de retomar a trajetória escolar e prosseguir nos estudos” (BRASIL, SNJ, 2008, p. 21). Segundo o discurso oficial, experimental, porque tem uma proposta curricular nova, com conceitos inovadores que dão suporte à articulação entre o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação. O ProJovem incorporou a maioria das ações do governo federal destinadas aos jovens, que tinham os mesmos princípios (BRASIL, SNJ, 2008, p. 32).

A primeira proposta do Programa era destinada aos jovens de 18 a 24 anos, que terminaram o quinto ano, mas não concluíram o Ensino Fundamental ou com quatro a sete anos de escolaridade, sem vínculo empregatício formal e que viviam em domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

O curso tinha duração de 12 meses com carga horária de 1.200 horas presenciais, sendo 800 horas de formação básica, 350 horas de qualificação profissional, 50 horas de ação comunitária e 400 horas de atividades não presenciais e prestação de serviços comunitários, totalizando 1.600 horas (BRASIL, 2008, p. 23).

De acordo com a proposta do Programa, por meio da interdisciplinaridade se busca uma abordagem integrada das questões contemporâneas da sociedade com as disciplinas. “Assim, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos” (BRASIL, 2006, p. 4). Com o apoio do material didático são criadas situações desafiadoras que estimulam o aprendizado, tendo o professor como mediador entre o conhecimento e o aluno (BRASIL, 2006, p. 5).

Para implantação do Programa, em 2005, foram realizados convênios entre o governo federal e todas as prefeituras das 27 capitais brasileiras e do Distrito Federal (NOVAES, 2007, p. 273-4). A partir de 2006, o atendimento foi ampliado para Municípios das regiões metropolitanas com 200.000 habitantes ou mais (BRASIL, 2008, p. 23).

Segundo o governo federal, diante dos resultados promissores apresentados na implantação do ProJovem, foi preciso catalisar as ações independentes que eram desenvolvidas em diversos Ministérios (BRASIL, 2008, p. 13). Em 2007, foi criado o

Programa Integrado da Juventude que passou a ser oferecido em quatro modalidades: o ProJovem Urbano, o ProJovem Adolescente, o ProJovem Campo e o ProJovem Trabalhador. Cada modalidade ficou sob a responsabilidade de um Ministério e com a supervisão da SNJ. O objetivo foi minimizar a fragmentação e competição que tem caracterizado a implantação de políticas públicas (NOVAES, 2007, p. 273-4).

A integração dos programas proporcionou a ampliação da faixa etária de atendimento para até 29 anos e eliminou a exigência do mínimo de séries cursadas, bastando ao jovem apenas, saber ler e escrever. Foi permitida também, a entrada de jovens com carteira de trabalho assinada e a duração do curso foi ampliada para 18 meses.

A carga horária do ProJovem Urbano é de duas mil horas, sendo 1.560 presenciais e 440 não presenciais. Está dividida da seguinte forma: 1.092 horas de formação básica; 390 horas de qualificação profissional; 78 horas de participação cidadã. Com o aumento da carga horária, a formação básica foi dividida em seis Unidades Formativas: I – Juventude e Cultura, II – Juventude e Cidade, III – Juventude e Trabalho, IV – Juventude e Comunicação, V – Juventude e Tecnologia e VI – Juventude e Cidadania (BRASIL, 2010, p. 12).

A participação no ProJovem permite ao jovem a conclusão do ensino fundamental e engajamento social, através da participação em ações comunitárias no seu bairro. A formação profissional é dividida em áreas que são chamadas de Arcos Ocupacionais e que devem atender aos interesses locais. Os alunos mediante comprovação de participação nas atividades recebem um auxílio mensal de R\$ 100,00 reais, financiado por recursos públicos repassados da União para as Cidades. O governo federal considera que:

O marco do ProJovem pode ser creditado ao fato de ele ter sido o primeiro grande programa governamental brasileiro dirigido intencionalmente para as juventudes, num contexto em que os jovens insurgem como atores de peso nas agendas sociais e políticas do País (RIBEIRO, GIL, OLIVEIRA, 2009, p.75).

A proposta do ProJovem é que diante do elevado índice de desemprego juvenil, os jovens nas periferias das cidades retornem à escola pública para concluir o ensino fundamental, atuem como agente de transformação e promova o desenvolvimento do seu bairro, quando o Estado e outras instituições não o fizeram.

4. O ProJovem Urbano em Mesquita

Mesquita é o Município mais jovem da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, integrando a Região Metropolitana. Em 1999, Mesquita conquistou a emancipação de Nova Iguaçu, que é o maior Município da Baixada Fluminense, com extensão territorial de 519,159 Km² e aproximadamente 796.257 habitantes. A cidade de Mesquita faz divisa com outros Municípios da Baixada Fluminense, como Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo e São João de Meriti. É uma cidade de médio porte, com dezessete bairros e sua extensão territorial é de 41,477 Km², enquanto que a cidade do Rio de Janeiro tem território de 1.200,179 Km² (IBGE, 2014).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a previsão para 2016 é de, aproximadamente, 171,020 habitantes. A população jovem que corresponde a indivíduos de 15 a 29 anos é em torno de 41.600 habitantes, sendo 20.500 homens e 21.120 mulheres. O Censo apontou que a população em idade economicamente ativa em Mesquita é de, aproximadamente, 79.600 habitantes, onde 71.360 estavam ocupados e 8.188 desocupados. A taxa de participação foi de 54,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 10,3% (MDS, 2010). A média salarial dos Mesquitenses é de 2,2 salários mínimos, enquanto que na cidade do Rio de Janeiro é o dobro, média de 4,4 salários (IBGE, 2014).

O comércio de bens e serviços é a principal atividade econômica do Município. O número de empresas atuantes em Mesquita, tendo como referência o ano de 2014, é de 1.462 unidades, enquanto que os Municípios vizinhos, Nilópolis e Nova Iguaçu, apresentavam 2.169 e 9.393 unidades. Na capital do Estado temos 192.065 unidades (IBGE, 2014).

O ProJovem em Mesquita acontece em dois bairros diferentes, Santos Elias na Escola Municipal Santos Dumont e Chatuba na Escola Municipal Ernesto Che Guevara. As aulas do Programa são no turno da noite de segunda à sexta-feira, com início em setembro de 2013 e com previsão de conclusão para abril de 2015. As escolas que oferecem o Programa são chamadas de Núcleos.

Em Mesquita, o Arco Ocupacional é o Administrativo, que possibilita a formação do aluno em Auxiliar Administrativo, Arquivador, Almoxarife e Contínuo (Office Boy). Apesar de, a qualificação profissional ser de acordo com as necessidades profissionais locais, os Professores desconhecem qualquer pesquisa que tenha sido realizada pela Prefeitura ou qualquer órgão do ProJovem antes da escolha desse Arco.

De acordo com as informações obtidas com a Coordenação do Programa, no início do ProJovem, em setembro de 2013, havia trezentos alunos matriculados, distribuídos nos dois núcleos, frequentando, havia aproximadamente 200 alunos. Já em março de 2014, observamos uma queda acentuada na frequência dos alunos, resultando em, aproximadamente, 30 alunos no Núcleo Santos Dumont e 40 alunos frequentadores no Núcleo Che Guevara.

5. Os Profissionais do ProJovem Urbano

O corpo docente do ProJovem é composto por oito profissionais que atuam nos dois Núcleos e em dias alternados, com exceção do Professor de Qualificação Profissional, que é um profissional para cada Núcleo.

A coordenação do Programa é compartilhada entre o Coordenador Geral ou Executivo, que atua na Secretaria de Educação do Município e o Coordenador Pedagógico que atua nas duas escolas, junto aos Professores e alunos, como elo de ligação entre os atores envolvidos no Programa.

Em Mesquita, as vagas destinadas ao corpo docente do ProJovem foram oferecidas, primeiramente, aos Professores efetivos do Município. De acordo com o número de interessados, realiza-se primeiro, uma seleção interna. Após essa seleção as vagas disponíveis são oferecidas para a população num processo seletivo de análise curricular para contratação temporária. No caso de um dos professores entrevistados, por exemplo, ele foi convidado pelo Coordenador do curso para atuar no Programa, devido à sua formação de nível superior em Administração de Empresas.

Todos os professores que atuavam no ProJovem foram convidados a participar da investigação, mas a maioria se recusou. Eles preferiram contribuir informalmente e pontualmente com algumas informações sobre o desenvolvimento do Programa e a sua atuação com os alunos.

O Professor A destacou como positivo no Programa, a atuação do corpo docente e a oportunidade oferecida aos alunos por meio do ProJovem, como uma alternativa de transformação pessoal e profissional.

A oportunidade de projeção que o Programa oferece aos alunos, permitindo uma expansão de perspectiva que eles não têm, ou que eles não tinham. Um

grupo bom de Professores com uma bagagem de conhecimento muito grande acaba também promovendo isso nos alunos. E também o incentivo moral porque o ProJovem não é um Programa de formação institucional, estudantil, mas também de um trabalho social, que acaba trabalhando a questão da autoestima deles, valorização (DOCENTE A DO PROJOVEM, 2014, p. 2).

O Professor A considera a implementação do programa ProJovem uma boa oportunidade para os alunos, porém questiona a forma como os investimentos no Programa são gerenciados pelo governo federal e Municípios. Acredita que com uma melhor administração e maiores investimentos, poderia alcançar um número maior de alunos atendidos. Destacou também a importância da atuação do corpo docente para a conquista de bons resultados.

A gente percebe que o governo federal faz a propaganda, mas não dar o suporte que ele poderia dar e tudo mais. Achei válido sim, mais até pelo trabalho desenvolvido no local, dos profissionais que realmente se importam com os alunos do que com a esfera federal (DOCENTE A DO PROJOVEM, 2014, p. 2).

Durante os contatos com os Professores foi possível identificar que, eles realmente acreditam no trabalho que estão realizando com os alunos e estão muito satisfeitos com o trabalho realizado. Acreditam que o principal ganho do ProJovem está nas relações que são estabelecidas entre os Professores e alunos, pois consideram que é um aprendizado que ultrapassa os limites dos conteúdos escolares. O Professor A aponta que o seu principal desejo é que os alunos: “consigam colocar em prática todas as coisas que nós tentamos passar para eles, tanto do cunho profissional, a bagagem cultural, mas principalmente da bagagem humana, do desenvolvimento humano” (DOCENTE A DO PROJOVEM, 2014, p. 3).

Diante do que foi exposto, observamos por parte dos Profissionais que atuam no ProJovem, o lado pessoal se sobrepondo ao profissional. Segundo a Inspetora, “todo aluno aqui tem uma história triste para contar e somos nós que fazemos de tudo para eles não desistirem, é muita conversa com eles” (INSPETORA DO PROJOVEM, 2014, p. 1). Num Programa em que os Profissionais estão presentes nas escolas diariamente, facilita o estreitamento de relações e faz com que os alunos se sintam seguros para expor os seus dramas pessoais, pois reconhecem esses Profissionais como amigos.

Os Professores apontaram a deficiência do ProJovem, em relação a medidas que facilitem a inserção do aluno no mercado de trabalho, durante e após a conclusão do

Programa. Sendo assim, os Professores tentam ajudar os alunos por meios próprios, levando oportunidades de emprego e incentivando a participação nos processos seletivos. Os poucos alunos do Programa que já participaram de algum processo seletivo, o fizeram por conta própria ou por indicação dos Professores. O Professor B nos relatou o caso de uma aluna que começou a trabalhar na Zona Sul do Rio de Janeiro, que é considerada uma área nobre da cidade e que passou por momentos difíceis e de discriminação por morar na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, que é uma região mais humilde.

Uma aluna nossa aqui, arrumou um trabalho lá na Zona Sul, mas só durou uma semana. Coitada! Aconteceu de tudo com ela. Como ela morava aqui, as pessoas de lá começaram a humilhar ela, ficavam falando umas coisas, assim sabe, bem chatas e ela ficava toda triste. Com tudo isso ela já estava desanimada, aí teve um dia que ela vindo embora, foi assaltada. Chegou lá no dia seguinte foi contar o que aconteceu e que estava com medo e tal, ninguém nem quis saber. Não sei se pensaram que ela ia desistir por causa do assalto, só sei que no final disso tudo, ela foi mandada embora. Foi horrível, coitada (DOCENTE B DO PROJovem, 2014, p. 1).

Em função da curta duração do Programa, acaba que algumas empresas enxergam os alunos do ProJovem como desqualificados para algumas oportunidades de trabalho. Diante das poucas vagas disponíveis no mercado de trabalho e da ausência de ações no Programa que faça a mediação entre escola e trabalho, a participação no ProJovem não pode ser considerada como uma medida eficiente de inserção no mercado de trabalho e a incerteza do emprego se intensifica. Diante do que foi apresentado, observamos que “ao final, essas iniciativas têm reforçado a baixa autoestima dos jovens, questionando seus esforços e investimentos” (RIBEIRO, 2011, p. 34).

Diante da dificuldade de conquistar uma oportunidade de emprego, os Professores comentaram que os alunos, constantemente, pensam em abandonar o ProJovem por necessidades financeiras pessoais e de suas famílias, pois a maioria já possuem filhos. Apesar do auxílio financeiro oferecido pelo Programa, os atrasos são constantes e o valor é baixo. Os alunos levaram em torno de cinco meses para receber pela primeira vez o auxílio mensal. Com o passar do tempo, os alunos vão conseguindo uma ocupação, principalmente no mercado informal e vão abandonando o Programa, resultando numa elevada taxa de evasão. Por mais que os Professores incentivem seus alunos a não desistirem, nenhum argumento é capaz de se sobrepor às necessidades de sobrevivência. Segundo o Professor B:

Qualquer emprego que arrumam, eles abandonam o projeto. A bolsa está atrasada de novo e quem vive com R\$ 100,00 reais? Eles precisam sustentar

os filhos. Eles precisam trabalhar, se vestir, comer, sustentar os filhos, “estudar é um luxo” (DOCENTE B DO PROJovem, 2014, p. 2).

Além da questão financeira, a dificuldade de aprendizado estimula o abandono pelos alunos. Os alunos, de maneira geral, apresentam muitas dificuldades, principalmente para a leitura e a escrita. Aqueles alunos que têm mais dificuldades de aprendizagem, quando não acompanham o ritmo das aulas se sentem diminuídos perante aos colegas e acabam desistindo. Por outro lado, aqueles alunos que tem mais facilidade de aprendizagem, acabam que perdem a oportunidade de ampliar a formação, já que o Professor não pode seguir com o conteúdo em função daquele colega de turma que tem mais dificuldade. Segundo o Professor C:

Não podemos exigir muitas coisas deles, porque eles acabam ficando desanimados. Sempre tem aquele aluno que é mais esperto, que pega as coisas mais rápido. Os outros ficam com vergonha por não entenderem ou por não acompanhar o ritmo e querem desistir. Então, não posso ficar cobrando muitas coisas deles, só o que é mais importante mesmo. Não dá para se fazer muita coisa em 18 meses [né?] (DOCENTE C DO PROJovem, 2014, p. 1).

O baixo êxito entre os alunos estimula a desistência do ProJovem. Diante das falas dos Professores, observamos que a responsabilidade recai sobre o Professor para criar uma “metodologia” que atenda as diferentes necessidades dos alunos e recai também sobre o aluno a responsabilidade de acompanhar as metas que o Programa propõe. Tudo isso se deve ao fato do ProJovem não ter critérios para a formação das turmas e nem seleção dos alunos, colocando num mesmo ambiente, alunos com diferentes níveis de aprendizagem, já que a única exigência do Programa é saber ler e escrever. Nos questionamos se esta é uma metodologia eficiente para equalizar a deficiência de formação para o ensino fundamental e qualificação profissional desses jovens. Ribeiro (2011, p. 34) aponta que a formação de programas como o ProJovem foi reduzida a “uma ausência de estratégias contextualizadas, reduzindo a ação educativa a capacitações precárias, descontínuas, que pouco valor agregam a vida dos jovens”.

Os Professores acreditam que a formação oferecida no ProJovem é suficiente para o ingresso no mercado de trabalho e acreditam também que o trabalho realizado por eles será capaz de preencher as lacunas do Programa e assim os alunos terão a chance de buscar melhores oportunidades. A Coordenação destacou o empenho dos professores em atender ao máximo as necessidades dos alunos.

O grupo de Professores realiza um bom trabalho e se empenha para fornecer ao aluno o que ele necessita (COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014, p. 3).

Os alunos terão a oportunidade de decidirem se irão buscar mudanças para as suas vidas ou se contentarão com o que lhes é oferecido no momento (DOCENTE D DO PROJovem, 2014, p. 1).

Segundo a Coordenação, para formação oferecida no ProJovem ser, realmente, suficiente para disputar uma vaga de emprego, dependerá do aluno. Isso deve a curta duração do Programa e da sua estruturação, que é dividida em módulos para o ensino fundamental e para o profissional, diferente da escola regular. Assim os Professores primam pelos conteúdos mais pertinentes.

Depende do aluno. Vou ser sincera com você, não é como a escola regular, todo dia. Até porque assim, o ProJovem, ele já é todo por módulo. São seis unidades formativas, já é todo divididinho e tem aquelas questões. Hoje estabelecemos prioridades. [...] o que eu realmente preciso passar para o meu aluno naquele trimestre. Não é como uma escola regular, todo dia, o ProJovem já é todo por módulo. Só depende deles, o grupo de Professores é muito bom, não estou defendendo não. É um grupo que leva a sério quando está em sala de aula. Realmente dá atenção ao aluno. Eles dão plantão, chegam cedo, tiram dúvidas. Hoje mesmo, a professora chegou quinze para as seis e o aluno também estava lá na aula particular. O aluno tem querer, o Professor está aqui (COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014, p. 2- 3).

Segundo a Coordenação, alguns alunos irão ingressar no mercado de trabalho porque são esforçados e desejam um trabalho digno. Esses alunos já se compreenderam que se não concluírem o ensino fundamental, as chances de conquistarem um trabalho formal irá diminuir ainda mais. Mas, para isso esses alunos precisam querer, precisam se esforçar. “Muitos já não estão aqui porque arrumaram emprego ao longo do caminho, outros realmente não arrumaram porque querem algo melhor, querem estudar e sabem que só conseguem emprego estudando [né?]” (COORDENAÇÃO DO PROJovem, 2014, p. 3).

De maneira geral, os Profissionais que atuam no ProJovem acreditam que após a conclusão do Programa, esses alunos terão meios para disputar uma vaga no mercado de trabalho, mesmo essa formação sendo deficiente quando comparada à formação oferecida por outras instituições como a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), por exemplo.

A gente nota que não tem uma competência tão técnica quanto deveria, já que os jovens estão indo para o mercado de trabalho. O governo federal poderia

ser específico, assim como a FAETEC, o PRONATEC, esses programas técnicos e atender ao ProJovem (DOCENTE B DO PROJOVEM, 2014, p. 3).

No momento da disputa por uma oportunidade de emprego, a Coordenação considera que a formação do ProJovem ou a falta dela pode ser um fator determinante. Em processos seletivos, por exemplo, as diferenças entre os alunos do ProJovem e aqueles que fizeram o ensino fundamental regular e/ou curso técnico podem se destacar e por isso as habilidades pessoais e o interesse dos alunos são tão importantes. Nesses casos, os alunos faltosos do Programa, por exemplo, serão prejudicados. “Tem a questão dos saberes que a gente tem que levar em consideração. Tem a questão da falta, da infrequência, tem isso que também conta no ProJovem” (COORDENAÇÃO DO PROJOVEM, 2014, p. 4).

Ao mesmo tempo que os professores reconhecem que a formação disponível no ProJovem poderia ser melhorada em diversos pontos, por outro lado não descartam que as habilidades individuais são importantes para a conquista de uma oportunidade nesse tempo de novas exigências. A partir desse discurso, identificamos os Profissionais que atuam em Mesquita, por meio de um consentimento ativo, como reprodutores do “discurso da empregabilidade,” pautado nas habilidades individuais como responsável pela conquista de uma oportunidade de trabalho. O trabalho perdeu a sua condição social de direito e se tornou um mérito individual. Segundo esse conceito, a conquista de um o emprego se dá pela capacidade de adequação do trabalhador as exigências da empresa, diante das poucas oportunidades disponíveis.

Além de proporcionarem ao capital maior mobilidade da força de trabalho, tornando-a apta a ser deslocada para postos, máquinas, funções e setores diversos, esses requisitos também favorecem à ampla utilização das potencialidades do trabalhador, intensificando seu trabalho. Para garantir suas condições de acumulação, o capital passa a implementar medidas de gestão do trabalho e da produção, no sentido de proporcionar maior maleabilidade aos processos produtivos, aumentar a capacidade de adaptação da força de trabalho conforme a necessidade, criar nela a disposição para ceder a mudanças de circunstâncias. Desse modo, o capital passa a dispor de múltiplos usos da capacidade de trabalho, desenvolve a multifuncionalidade ou a polivalência do trabalhador (SOUZA, 2012, p. 3).

Diante dos elevados índices de desemprego, das novas exigências de qualificação profissional e da cultura da empregabilidade imposta pela “evolução do capitalismo e expansão da economia”, há a necessidade de um novo trabalhador, que seja flexível e que esteja apto a se adequar às necessidades do mundo dos negócios. O

trabalhador da atualidade precisa estar sempre se atualizando e adquirindo novos conhecimentos, segundo essa nova cultura, não há mais espaço para um indivíduo “autômato altamente especializado” (SARAIVA, VEIGA-NETO, 2009, p. 191). De acordo com a nova lógica do capital, esse novo trabalhador deve ser capaz de desenvolver diversas atividades que nem sempre se relacionam com o trabalho desenvolvido, tem de ser proativo, colaborador, multifuncional, flexível e versátil, disponível para tudo e para todos. De acordo com o discurso da empregabilidade, essas são as características que denominam um indivíduo apto para atender as novas exigências do mercado de trabalho.

Como aponta Alves (2007, p. 251), os processos de qualificação profissional recentes buscam o acúmulo de conhecimentos e incentivo ao aperfeiçoamento das habilidades individuais, que apenas contribuem para continuar a busca por uma vaga no mercado de trabalho. Diante dessa realidade, compreendemos que programas de governo como o ProJovem, que tem suas ações pautadas na noção de empregabilidade, não garantem a conquista efetiva de uma oportunidade. A escola se tornou responsável pela conquista ou não de uma vaga no mercado de trabalho, já que o trabalhador deve estar em processo constante de qualificação e/ou requalificação e esse papel deverá ser desempenhado pela escola. “O conhecimento torna-se ultrapassado quase no mesmo momento em que é produzido” (SARAIVA, VEIGA-NETO, 2009, p. 199).

Diante desse quadro, “recai toda a responsabilidade para o trabalhador e para o desempenho da escola” (FRIGOTTO, 1986, p. 136), a busca e a formação de um indivíduo apto a atender todas as exigências do mercado de trabalho. Nesse contexto, recaiu sobre a educação a responsabilidade em tornar os indivíduos empregáveis. “As políticas educacionais deveriam utilizar a escola como um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva e ao mercado de trabalho, ao invés disso, a escola foi reduzida à mera instância educativa das massas” (ALVES, 2002, p.71).

Diante do que foi apresentado, entendemos a atuação da escola, segundo Althusser, como um Aparelho Ideológico do Estado, ao transmitir a ideologia da classe dominante como verdadeira. Assim, as escolas atuam como reprodutoras das relações de exploração da ordem capitalista. “Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 1970, p. 62).

A escola atua na formação de um ser social que, ao agir em função dos interesses da burguesia reforça a marginalização de grupos que não conseguem

concorrer com a classe dominante, reproduzindo as diferenças sociais contidas no sistema escolar. Tendo a escola servindo aos interesses do Estado, é onde se aprende a ser submisso à ordem vigente. Utilizam a ideologia para manipular e mascarar as relações a favor da classe dominante. Ao introduzir a ideologia dominante no cotidiano escolar se cria uma relação imaginária, que enxerga como natural a necessidade de divisão do trabalho e se materializa na conformação da divisão de classes vigentes. “A ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1970, p. 69).

Compreendemos que programas de governo como o ProJovem, atuam como disseminadores da ideologia dominante ao implantar no ideário dos jovens atendidos pelo Programa, a conformação da situação de desemprego e vulnerabilidade em que vivem. Ao oferecer uma formação básica e profissional deficientes, não facilita a inserção desses jovens em postos de trabalhos formais e nem a progressão de cargos para aqueles já ocupados. Realidade bem diferente, daquela que é propagada pelo discurso governamental.

A outra parte da juventude escolarizável continua: e seja como for faz um traço do caminho para cair sem chegar ao fim e preencher os postos dos quadros médios e pequenos, empregados, pequenos e médios funcionários, pequeno-burgueses de toda a espécie. Uma última parte consegue aceder aos cumes, quer para cair no semi-desemprego intelectual, quer para fornecer, além dos intelectuais do trabalhador coletivo, os agentes da exploração, (capitalistas, *managers*), os agentes da repressão (militares, polícias, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são laicos convencidos) (ALTHUSSER, 1970, p. 65).

Não podemos desconsiderar, o elevado índice de evasão dos alunos do ProJovem, mas que apesar do curto tempo que passaram no Programa, também foram capazes de absorver tal ideologia. Essa inculcação da ideologia é um processo que teve início antes da participação no ProJovem, já que esse não é o primeiro contato desses jovens com o ambiente escolar. Mesmo com esses alunos abandonando o Programa, já se tornaram soldados da ordem burguesa e que foram moldados de acordo com os seus interesses.

Cada massa que fica pelo caminho está praticamente recheada da ideologia que convém ao papel que ela deve desempenhar na sociedade de classes: papel de explorado (com consciência profissional, moral, cívica, nacional e apolítica altamente desenvolvida); papel de agente da exploração (saber mandar e falar aos operários: as relações humanas), de agentes da repressão

(saber mandar e ser obedecido sem discussão) [...] (ALTHUSSER, 1970, p. 65).

A educação passou a assumir uma nova condição perante aos ideais capitalistas. Nessa nova modalidade de educação, as pessoas devem ser educadas e conformadas para o desemprego, ser educadas para se manterem desempregadas e assim aumentar o exército de reserva, que será composto por pessoas que nunca serão incluídas no mercado de trabalho formal.

Funciona como uma espécie de educação para o desemprego, na medida em que prepara parcelas significativas da força de trabalho para permanecerem à margem do mercado formal de trabalho, contentadas com subempregos, trabalhos precários, “bicos” ou trabalhos temporários. Mais que isto, prepara estas parcelas da classe trabalhadora para encararem com naturalidade tal situação e a conformar-se com ela. (SOUZA, 2012, p. 8).

Notamos que as ações do governo destinadas à qualificação profissional que atende principalmente aos jovens, como no caso do ProJovem, se concentram em ações precárias e assistencialistas que disponibilizam uma formação de má qualidade e insuficiente para disputar as poucas vagas disponíveis no mercado de trabalho formal. Portanto, são ações que não atuam de forma eficiente nas causas geradoras das desigualdades sociais.

Tais reformas têm o propósito de formar um novo tipo de trabalhador para atender novas demandas de produção e qualidade das empresas, permitindo-lhes melhores condições de competitividade no mercado nacional. Entretanto, o desemprego é uma realidade inerente a este processo o que lhe confere o status de uma característica estrutural do estágio atual do desenvolvimento do capital (SOUZA, 2009, p. 4).

Programas de qualificação profissional como o ProJovem oferecem uma formação deficiente, tanto no ensino fundamental como na formação profissional. Essa formação, além de deficiente, busca a elevação das habilidades produtivas dos jovens como meio de adequação às exigências do atual mercado de trabalho. Porém, diante da deficiência, em todos os segmentos, dessa formação, a mesma atua como mecanismo de manutenção da estrutura social vigente, mediando o conflito de classes.

Para ser mais exato, tais políticas carregam em si uma pedagogia que inculca nos sujeitos por ela atendidos uma espécie de conformação ética e moral que os tornam sujeitos ativos na construção do consenso em torno do projeto dominante de sociedade. A este fenômeno chamamos de pedagogia da hegemonia. Esta seria, em princípio, a explicação do surgimento de programas federais de inclusão de jovens, apesar das contradições que tal prática social possa comportar (SOUZA, 2009, p. 4-5).

É importante observar que as ações das políticas públicas se concentram “na elevação da escolaridade e manutenção dos beneficiados no sistema escolar, e a formação tornou-se seu principal foco” (BRASIL, MTE, 2010, p. 15). Não podemos desconsiderar a importância das ações de qualificação profissional, mas como os próprios jovens apontaram durante a investigação, precisam ser mais integradas com ações de inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a reformulação do modelo de desenvolvimento do capital sob a hegemonia neoliberal tem se materializado no campo educacional na forma de políticas públicas para a adaptação dos sistemas educacionais às necessidades imediatas do mercado de trabalho, muitas vezes utilizando-se de estratégias de conformação da escola e de seus profissionais à ordem de profundas mudanças sociais e econômicas em curso no mundo inteiro (SOUZA, 2012, p. 7).

Após fazer o exercício da prática reflexiva, como aponta (KOSIK, 1976, p. 16), conseguimos observar as contradições entre o discurso e a realidade, entre o concreto e a aparência e assim compreender o fenômeno por completo. A realidade apresentada com a investigação em Mesquita, apontou como concreto que o aumento da oferta de programas de governo como o ProJovem, atua como mediadores de políticas sociais de contenção dos jovens das camadas populares. Ao contrário do que propagava o discurso do governo, que afirmava ser uma medida eficiente de inserção do jovem no mercado de trabalho e redução do desemprego juvenil. Esses Programas atuam como perpetuador da cultura de uma nova formação para o trabalhador, que deve se adequar às necessidades das empresas, pautada nas habilidades individuais como determinante para a conquista de uma oportunidade. É o novo mercado de trabalho, é a empregabilidade.

A formação profissional oferecida por programas de governo como o ProJovem atua “na perspectiva, de uma formação para o trabalho que vem atender aos mecanismos sociais e políticos de reprodução das relações sociais fundadas na estrutura de dominação de classe” (SOUZA, 2009, p. 11). Nesse tipo de estrutura social o tipo de formação que cada trabalhador receberá, varia de acordo com a classe social a qual pertence. Formação precária e manual para as classes mais pobres e formação para atividades que privilegiam o trabalho intelectual para as classes dominantes, através da “socialização desigual do conhecimento científico e tecnológico – o que configura o monopólio do conhecimento” (SOUZA, 2009, p. 11).

A necessidade estrutural do capitalismo de ampliar – mesmo que de forma ainda limitada – as oportunidades de acesso ao conhecimento para uma parcela restrita da classe trabalhadora, necessariamente, se justifica na sociedade civil por meio de um discurso integrador de defesa da universalização da educação básica, ampliação das oportunidades de educação profissional e combate ao trabalho infantil. Mas este discurso é, de fato, uma ilusão necessária à manutenção do monopólio do conhecimento. Por meio desta ilusão, a burguesia controla o acesso ao conhecimento científico e tecnológico aplicado na produção, promovendo diferentes tipos de formação/ qualificação profissional (SOUZA, 2012, p. 7).

Com base na estrutura organizacional de políticas de qualificação profissional materializada em programas de governo como o ProJovem, podemos afirmar que esse tipo de formação tem público alvo e função determinados. “Formar mão-de-obra necessária ao desenvolvimento econômico e educar psicofisicamente os jovens trabalhadores para a divisão social do trabalho, se acomoda à lógica da divisão internacional do trabalho [...]” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 1104-5).

Diante do desemprego juvenil e do elevado número de ocupações precárias, atualmente disponíveis aos jovens, as políticas públicas destinadas aos jovens acabam que atuam em dois campos diferentes em ações que tentam se complementar, mas que trabalham com focos diferentes.

A primeira é preparar o jovem para fazer a transição, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho. A segunda é, ao contrário, prolongar sua escolarização, o que eventualmente reduz em desincentivar sua entrada no mercado de trabalho. No Brasil, já há políticas federais importantes que procuram combinar os dois enfoques (GONZALES, 2009, p. 121).

Os Professores, apesar de reconhecerem as falhas do ProJovem, cultivam a esperança de que os alunos após concluírem o Programa terão mais chances de ingressarem no mercado de trabalho, pois acreditam no trabalho que realizam com eles, desde o lado profissional até o lado pessoal. Esses Professores reconhecem que a formação oferecida no Programa é deficiente, em função do pouco tempo disponível para o aprendizado de tantos conteúdos, comparado aos ensinamentos regulares. Por outro lado, como já mencionado anteriormente, programas como o ProJovem que visam a oferta de qualificação profissional não são eficazes para a redução do desemprego juvenil, sendo esta formação uma medida compensatória, que na “melhor das hipóteses diminuirá a desigualdade interna ao mercado de trabalho, se for dirigida aos jovens de menor ‘empregabilidade’” (GONZALES, 2009, p. 122).

Os Professores acreditam que o pontapé inicial foi dado para que os alunos tenham interesse em buscar novas conquistas para as suas vidas, já que os professores também foram seduzidos pelo discurso da falta de qualificação profissional dos seus alunos e das habilidades individuais como determinante para conquistar uma ocupação no mercado de trabalho formal. Esses Profissionais, por meio do consentimento ativo, atuam como disseminadores do discurso hegemônico ao considerarem o ProJovem um sucesso, mesmo que esse sucesso não se deva ao empenho dos governos, mas do envolvimento dos Profissionais que atuam no Programa, principalmente dos Professores, com a causa e com a vida dos alunos. De acordo com o Professor A: “O sucesso do ProJovem em Mesquita se deve ao empenho da equipe do Programa, principalmente dos Professores que se envolvem com os alunos e tentam mudar as suas vidas”.

6. Considerações Finais

As relações de trabalho foram fragilizadas, pois diante da demanda de desocupados, o trabalhador pode ser substituído por outro a partir do momento que não atenda às necessidades da empresa, pois é visto, apenas, como uma peça dessa engrenagem e que quando não funciona adequadamente deve ser substituída. Dessa forma, as novas exigências do mercado de trabalho, elevaram os índices de desemprego e de inserção juvenil em oportunidades precárias de trabalho. Esses elevados índices são o resultado da escassez de oportunidades para os jovens, portanto, não tem relação com a sua “falta de qualificação profissional”, como aponta o discurso do governo e da mídia. Diante desse quadro não serão programas compensatórios de qualificação profissional que atenderão as expectativas de inúmeros brasileiros, como dos alunos do ProJovem de Mesquita, de serem inseridos no mercado de trabalho.

Constatamos que os Profissionais do ProJovem, consideram o Programa um sucesso por todo o empenho da equipe em tentar oferecer o melhor e assim atender todas as necessidades dos jovens. Por outro lado, reconhecem que o Programa apresenta lacunas, inclusive em relação à formação oferecida, mas acreditam no trabalho que realizam. Os Profissionais do ProJovem em Mesquita tomaram para si, a ideologia da classe dominante ao reconhecer a necessidade de qualificação profissional juvenil e as

habilidades individuais como importantes num processo seletivo. Assim como as demais escolas, o ProJovem atua como Aparelho Ideológico do Estado ao disseminar como natural o discurso hegemônico das diferenças de classes.

Diante da curta duração do Programa (18 meses) não podemos desconsiderar a precariedade da formação oferecida, tanto no Ensino Fundamental como a qualificação profissional. Assim, as ações governamentais que deveriam reduzir as desigualdades de formação, conseqüentemente, as desigualdades sociais, acabam por gerar mais desigualdades, perpetuando as condições das gerações anteriores ao atuarem como mecanismo de conformação das camadas populares diante do capital.

7. Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial presença/Martins Fontes, 1970.

ALVES, Giovanni. Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade. **Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI**. Maceió, v. 10, n. 16, p. 61-76, 2002. Disponível em: [www.estudosdotrabalho.org]. Acesso em: 17/05/09

ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**. Londrina: Práxis, Bauru: Canal 6, 2. ed., Cap. 10, p. 245-256, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2008/lei/111692.htm]. Acesso em: 29/12/2016.

_____. **Emenda Constitucional Nº 65, de 13 de julho de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm]. Acesso em: 19/03/2016.

_____. **Projeto do Programa PROJOVEM**. Brasília, DF, maio, 2006. Disponível em: [www.oei.es/pdfs/ProJovem.pdf]. Acessado em: 20/01/2016.

_____. MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília, DF, 2010.

_____; SNJ, Secretaria Nacional de Juventude. ProJovem Urbano. **Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano**. Brasília, DF, 2008.

_____; _____. **Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [<http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-publicas>]. Acesso em: 15/01/2016.

ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DO PROJOVEM. **Entrevista com a coordenação pedagógica do programa ProJovem em Mesquita**. Entrevista concedida a Paula de Macêdo Santos em 08/12/2014. Mesquita, 2014. Arquivo de MP3, duração de 20": 05".

ENTREVISTA COM DOCENTE A DO PROJOVEM. **Entrevista com professor do programa ProJovem em Mesquita**. Entrevista concedida a Paula de Macêdo Santos em 18/03/2014. Mesquita, 2014. Arquivo de MP3, duração de 12": 20".

ENTREVISTA COM DOCENTE B DO PROJOVEM. **Entrevista com professor do programa ProJovem em Mesquita**. Entrevista concedida a Paula de Macêdo Santos em 18/03/2014. Mesquita, 2014. Arquivo de MP3, duração de 8": 15".

ENTREVISTA COM DOCENTE C DO PROJOVEM. **Entrevista com professor do programa ProJovem em Mesquita**. Entrevista concedida a Paula de Macêdo Santos em 26/03/2014. Mesquita, 2014. Arquivo de MP3, duração de 14": 35".

ENTREVISTA COM INSPETOR DO PROJOVEM. **Entrevista com inspetor do programa ProJovem em Mesquita**. Entrevista concedida a Paula de Macêdo Santos em 28/03/2014. Mesquita, 2014. Arquivo de MP3, duração de 15": 30".

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2. ed., 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvérsico. **Educação e**

Sociedade. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - out/2005. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br]. Acesso em: 10/01/09.

GONZALES, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? **Juventude e políticas sociais no Brasil**. IPEA: Brasília, p. 110-128, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: [http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330285]. Acesso em: 24/06/2017.

IPEA, Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, n. 15, março, 2008. 310 p.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENT SOCIAL E COMBATE À FOME, MDS. Dados Municipais. Mercado de trabalho no Censo 2010. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69]. Acesso em: 20/11/2015.

NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. Coleção Educação para Todos: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, n. 16, p. 253-273, maio 2007.

RIBEIRO, Eliane; GIL, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Edna. **Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos**. Em Aberto: Brasília, v. 22, n. 82, p. 73-89, nov. 2009.

RIBEIRO, Eliane. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectiva. In: PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria (Org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Petrópolis, p. 25-44, 2011.

SARAIVA, Karla, VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade Líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-201, mai/ago. 2009.

SOUZA, Jose dos Santos. A reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe e a formação do trabalhador. In: **Colóquio Internacional Marx e Engels, 7.**, Campinas. **CEMARX**. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/formulário_cemarx/seleção/2012/trabalhos/7144_Souza_Jose.pdf]. Acesso em: 20/06/17.

_____. Trabalho, juventude e qualificação profissional: a pedagogia da hegemonia das políticas de inclusão de jovens no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA: sociedade e política em tempos de incerteza, 1., 2009, Paraná. **Sociologia e Política**. Paraná: UFPR, p. 1-18, 2009. Disponível em: [[http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT5%20online/EixoII/trabalho-JuventudeJoseSouza .pdf](http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT5%20online/EixoII/trabalho-JuventudeJoseSouza.pdf)]. Acesso em: 29/08/2014.